

Para onde vamos

8 OUT 1983

Alexandre Demathey Camacho

Economia

O Brasil é uma fotografia do mundo: um terço próspero e dois terços indigentes. O imobilismo, tanto no campo sócio-cultural quanto no domínio político-econômico, acanha mentalidades e propicia rivalidades e contensões regionais. O poder encontra-se enfeixado, desde os idos de 1964, em mãos de pequeno grupo dominante das classes armadas.

Não se deve criticar homens, mas rever instituições.

É desolador o quadro nacional.

A seca assola o Nordeste e desmoraliza, totalmente, todas as dispendiosas projeções do Ministério do Interior, que gastou e continua gastando, sem limites e prestação de contas, volumosas verbas para amenizá-la. Morre-se muito por lá — por fome e por carência de socorros. Metade dos nordestinos morre antes dos cinco anos.

No Sul, região próspera e rica de indústrias, comércio e agricultura, as recentes inundações provocaram prejuízos inestimáveis que abalaram fortemente toda a sua estrutura econômica e lastrearam um processo, em progressos, de empobrecimento.

Nos outros Estados do Brasil, não circunscritos às áreas de catástrofes advindas da natureza, coexistem com a debilitada situação dos seus erários públicos, herdada de administrações anteriores, a inércia, a incompetência, a debutância e a demagogia dos seus novos governos. Junte-se a este desconforto a desvalorização do trabalho humano provocada por essa inflação que ultrapassa o índice de 150%, e essa recessão imposta à economia nacional que já desempregou perto de cinco milhões de brasileiros. A par dessa tragédia, devemos não sei quantos bilhões de dólares. A perspectiva de um saldo de seis a oito bilhões de dólares na balança comercial, decorrente de um extraordinário esforço de contenção nas importações, que prejudica sensivelmente o nosso parque industrial, pouco valor tem em termos de pagamento da dívida externa, pois só de juros temos de pagar doze bilhões de dólares.

A classe média, que é o alicerce que sustenta a estabilidade do plano social, sente o seu desequilíbrio e também o seu adernamento, e está resvalando para juntar-se, por força das circunstâncias, às unidades das classes miseráveis.

A miséria está cada vez mais robusta e dela decorrem idéias tenebrosas que ameaçam a segurança desta democracia em final de abertura — os saques e os assaltos consubstanciam a assertiva.

Essas situações incontroversas, provocadas pela inflação galopante que corrói o poder aquisitivo do salário, dão à vida do País um ar crônico de desconfiança e de desfaçatez.

Os escândalos dos casos Delfin, Coroa e Polônia (para citar apenas alguns), não explicados convenientemente pelas autoridades competentes e responsáveis, frustram as conquistas cultivadas com decência e aviltam o significado da dignidade. O trato com negligência e impunidade que se dispensou a esses casos apaga o verdor dos estímulos, conduz os que trabalham com honestidade à revolta e ao mais agudo ceticismo, e destrói as reservas morais que ainda nos restam — ativas e conscientes.

Otimistas ou demagogos, as autoridades financeiras assinam a terceira Carta de Intenções destinada ao Fundo Monetário Internacional, e o novo presidente do Banco Central, Professor Afonso Celso Pastore, discípulo e defensor de Leibniz e, obviamente, da sua teoria da “harmonia preestabelecida”, deita falação à la Pangloss e anuncia o fim da recessão, e declara que tudo vai melhorar. “Tudo vai bem no melhor dos mundos possíveis”.

Influenciado e inspirado, talvez, por essas razões que são boas para o Governo, o Presidente João Figueiredo, revigorado em Cleveland e agora em regime de **full time** no Planalto, dedica-se com fervor e denodo à causa da sucessão. Para gáudio dos presidenciáveis, o Presidente, que é reconhecidamente um homem temperamental, cuida do assunto como se o mesmo fosse o grande motivo de toda essa crise e turbulência política, procurando resolvê-lo com um grande entono lírico e convencional.

As realidades comentadas, que revelam grandes contra-sensos, permitem supor-se que o Governo, em face da crise, está brincando de “cabra-cega”.

Quem não sente, quem não vê, quem não ouviu o descontrolo?

Alexandre Demathey Camacho é Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.